Ipea: número de aposentadorias rurais é maior que população declarada

A esperança de vida e as condições de saúde dos trabalhadores rurais não justificam idade inferior para obter a aposentadoria na zona rural

Cerca de nove em cada dez aposentadorias rurais (87%) foram concedidas por via judicial. Há mais benefícios pagos nas áreas rurais do que a população residente em idade de receber aposentadoria.

As informações são do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), e foram obtidas em estudos publicados no semestre passado, com dados secundários da Secretaria de Previdência Social, do INSS e do IBGE.

Estimativas do estudo 'Devemos unificar as idades de elegibilidade das previdências urbana e rural?', publicado em novembro, compararam as sobrevidas (pós-benefício) daqueles que se aposentaram no INSS por idade (excluído tempo de contribuição) a partir dos 65 anos, das clientelas urbana e rural, conforme o sexo. Um dos autores do estudo, Luiz Henrique Piva escreveu que "beneficiários homens da clientela rural parecem viver um pouco mais do que da clientela urbana; beneficiárias mulheres da clientela rural parecem viver um pouco menos do que da clientela urbana. Na média, não há diferença e, nos dois casos, mulheres vivem mais do que homens".

Segundo Piva, metade dos homens urbanos viviam além dos 81,3 anos. Já metade dos homens rurais viviam além dos 82,8 anos. Conforme o pesquisador, metade das mulheres urbanas ultrapassa os 87,5 anos. Na área rural, metade das mulheres passava dos 85,8 anos. Os trabalhadores rurais, em termos relativos, "enfrentam situação um pouco pior do que trabalhadores urbanos". Por exemplo: 77,2% dos trabalhadores homens rurais começaram a trabalhar antes dos 14 anos, contra 43,7% dos trabalhadores urbanos.

Valter Campanato/ABr

Piva pondera que "como a população brasileira é majoritariamente urbana, a maior parte das pessoas vivendo em situação de vulnerabilidade também está em área urbana". Por exemplo: entre as pessoas que começaram a trabalhar com menos de 14 anos, 46,2% são homens urbanos, contra 17,2% de homens rurais. "Logo, se o objetivo é que o benefício previdenciário atenda a pessoas em situação de vulnerabilidade, ele não poderia estar voltado exclusivamente para a clientela rural," argumentou.

Em outro estudo, 'Previdência Rural no Brasil', publicado em agosto de 2018, o Ipea assinala a maior parte do déficit nominal da Previdência Social (R$ 182,4 bilhões em 2017) tem origem rural (R$ 110,7 bilhões). "Representando aproximadamente 61% do déficit total", descreve o texto. Neste estudo é assinalado o número maior de beneficiários (9,3 milhões) que o total da população rural com 55 anos ou mais (6,2 milhões).

De acordo com Leonardo Alves Rangel, diretor de Programa da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, descontando-se as sobreposições entre aposentadorias e pensões, a Previdência Social tem cerca de 8,2 milhões de beneficiários rurais. Rangel aponta que por trás da diferença pode haver "um problema de fraude". De acordo com ele, a "aposentadoria rural é um dos benefícios mais judicializados no país. A pessoa não precisa contribuir, precisa comprovar tempo de atividade no campo. E a prova pode ser uma fotografia dela trabalhando, pode ser uma prova testemunhal, pode ser uma declaração de sindicato" (ABr).

Sustentare Saneamento S/A

CNPJ/MF nº 17.851.447/0001-77

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 *(Valores expressos em Reais)*

Balanço Patrimonial

Ativo	Notas	2018	2017
Circulante		**168.518.510**	**126.795.269**
Disponível	3	12.608.821	10.403.534
Aplicação Financeira	4	4.015.000	15.000
Contas a Receber	5	80.575.041	51.364.602
Outras Contas a Receber	6	46.149.820	42.459.964
Impostos a Recuperar	7	82.126	21.962
Partes Relacionadas	8	22.797.535	21.250.884
Estoques		1.782.894	1.026.206
Despesas Antecipadas		507.273	253.117
Não Circulante		**113.293.406**	**104.079.941**
Realizável a longo prazo		**42.753.383**	**42.524.401**
Outras Contas a Receber	6	42.372.731	42.372.731
Depósitos para Garantia		380.652	151.670
Investimentos	9	49.150.233	49.256.261
Imobilizado	10	21.248.099	12.263.901
Intangível	10	141.691	35.378
Total do Ativo		**281.811.916**	**230.875.210**

Passivo	Notas	2018	2017
Circulante		**66.286.355**	**49.321.202**
Financiamentos		8.775.598	4.467.192
Fornecedores	11	14.717.589	8.268.155
Obrigações Fiscais e Sociais		10.624.266	12.944.438
Obrigações com pessoal		21.261.002	16.479.141
Parcelamento de Tributos	12	2.285.684	2.503.883
Outras Contas a Pagar		35.073	19.810
Provisões de despesas		8.106.852	2.077.324
Provisão Imposto Renda/CSLL		480.292	2.561.259
Não Circulante		**44.452.099**	**39.460.626**
Exigível a longo prazo		**44.452.099**	**39.460.626**
Financiamentos		5.580.945	3.133.058
Parcelamento de Tributos	12	19.789.579	21.189.595
Provisão Imposto Renda/CSLL		9.136.752	–
Provisões para Contingências	13	9.944.824	15.137.973
Patrimônio Líquido		**171.073.462**	**142.093.382**
Capital social	14	123.702.860	123.702.860
Reserva Legal		919.526	–
Lucros (Prejuízos) acumulados		46.451.076	18.390.522
Total do Passivo		**281.811.916**	**230.875.210**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**101.034.808**	**–**	**22.668.052**	**–**	**123.702.860**
Aumento de Capital com Reservas de Lucros	22.668.052	–	(22.668.052)	–	–
Lucro (Prejuízo) líquido do período	–	–		18.390.522	18.390.522
Transferência para Reserva de Lucros	–	–	18.390.522	(18.390.522)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**123.702.860**	**–**	**18.390.522**	**–**	**142.093.382**
Constituição de Reserva Legal	–	919.526	–	–	919.526
Transferência para Reserva Legal	–	–	(919.526)	–	(919.526)
Lucro (Prejuízo) líquido do período	–	–	–	28.980.080	28.980.080
Transferência para Reserva de Lucros	**–**	**–**	28.980.080	(28.980.080)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**123.702.860**	**919.526**	**46.451.076**	**–**	**171.073.462**

Demonstração de Resultados

Receita Operacional Bruta	2018	2017
Receita de serviços prestados	356.719.965	260.143.830
Impostos incidentes sobre os serviços	(48.628.755)	(35.169.483)
Receita Operacional Líquida	**308.091.210**	**224.974.347**
Custo dos serviços prestados	(253.396.187)	(184.956.283)
Lucro Bruto	**54.695.023**	**40.018.064**
Despesas gerais e administrativas	(15.150.944)	(13.505.000)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(2.599.468)	(2.382.501)
Outras receitas (despesas) líquidas	5.268.708	(3.178.782)
Lucro Operacional	**42.213.319**	**20.951.781**
Provisão para IRPJ/Contribuição Social	(13.233.239)	(2.561.259)
Lucro(Prejuízo) Líquido do Exercício	**28.980.080**	**18.390.522**

Demonstração de Resultados Abrangente

	2018	2017
Resultado do Exercício	28.980.080	18.390.522
Resultado Abrangente	–	–
Resultado Abrangente Total	**28.980.080**	**18.390.522**

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2018	2017
Lucro líquido do exercício	28.980.080	18.390.522
Ajustes ao Lucro Líquido		
Baixas Líquidas do Ativo Imobilizado	30.973	306.979
Provisão para Contingências	(5.193.149)	8.910.927
Depreciações e Amortizações	4.763.287	2.433.017
	28.581.191	**30.041.445**
Aplicações Financeiras	(4.000.000)	–
Contas a Receber	(29.210.439)	4.051.447
Outras Contas a Receber	(3.689.856)	(468.376)
Despesas Antecipadas	(254.156)	78.460
Estoques	(756.688)	(176.497)
Impostos a Recuperar	(60.164)	208.111
Depósitos em Garantia	(228.982)	(52.625)
Fornecedores	6.449.434	1.333.562
Obrigações Fiscais e Sociais	(2.320.172)	(5.974.582)
Obrigações com Pessoal	4.781.861	1.470.736
Parcelamento de Tributos	(1.618.215)	9.608.097
Provisão para Despesas	6.029.528	(1.120.900)
Outras Contas a Pagar	15.263	(9.048)
IRPJ e CSLL	7.055.784	(8.957.513)
	(17.806.802)	**(9.128)**
Caixa Gerado (Consumido) nas Atividades Operacionais	**10.774.389**	**30.032.317**
Atividades de Investimento		
Aquisição de Ativo Imobilizado e Intangível	(13.884.771)	(10.218.564)
Aquisição de Investimentos	106.028	–
Caixa Gerado (Consumido) nas Atividades de Investimentos	**(13.778.743)**	**(10.218.564)**
Atividades de Financiamento		
Captação de Empréstimos	6.756.292	6.496.425
Diminuição (Aumento) de Empréstimos a partes Relacionadas	(1.546.651)	(18.625.821)
Caixa Gerado (Consumido) nas Atividades de Financiamento	**5.209.642**	**(12.129.396)**
Aumento (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	**2.205.287**	**7.684.357**
No inicio do exercício	10.403.534	2.719.177
No final do exercício	12.608.821	10.403.534
Variação	**2.205.287**	**7.684.357**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

1. Contexto Operacional – A Companhia, constituída e organizada sob a forma de Sociedade Anônima, nos Termos da Lei 6.404/76, opera sob a denominação social de **Sustentare Saneamento S/A.**, e tem sede social na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Engenheiro Antônio Jovino nº 220, 6º andar, conj. 64 – CEP 05727-200, podendo criar, instalar, transferir ou extinguir sucursais, filiais, agencias, representações ou escritórios onde e quando for julgado necessário por sua Diretoria, em qualquer local do território nacional ou exterior. A Companhia tem por objeto a execução de obras e serviços relativos aos sistemas de limpeza pública e privada, saneamento ambiental, inclusive construção pertinente a tais objetivos, no território nacional ou no exterior, tendo como compromisso precípuo a proteção, preservação e a melhoria constante do meio ambiente, para entidades públicas e privadas, sob regime de contratação, de permissão, de autorização ou de concessão. **Ações da Administração no Exercício:** A companhia em seu programa de compliance tem como seu principal objetivo tornar claros os seus princípios éticos, valores e a conduta esperada dos seus profissionais, no exercício das atividades, para que todos possam compreende-los, respeitá-los e pratica-los. Acreditamos que um processo de crescimento sustentável depende de uma atuação pautada na honestidade, integridade, eficiência e responsabilidade de todos os profissionais que trabalham na nossa empresa, ao interagirem entre si, com clientes, investidores, fornecedores e autoridades do governo, assim como com qualquer outra entidade ou indivíduo.

2. Base de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis – As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **2.1. Moeda Funcional e de Apresentação:** As demonstrações contábeis da sociedade estão sendo apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação. **2.2. Caixa e equivalentes de Caixa:** Incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor, demonstrado pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, tendo como contrapartida o resultado do exercício. **2.3. Instrumentos Financeiros:** A administração classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos e suas classificações são definidas no reconhecimento inicial. Mensurados ao valor justo por meio de resultado são os ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente e encontram-se registrados no Ativo Circulante. Os ganhos ou perdas apuradas são apresentados na demonstração do Resultado na rubrica de Receitas Financeiras Líquidas, no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tivesse sido contratado em conexão com outra operação. Empréstimos e recebíveis são os valores concedidos e os créditos financeiros não derivativos com pagamentos ou recebimentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. **2.4. Imobilizado:** O imobilizado é avaliado pelo custo histórico de aquisição, deduzido das respectivas depreciações e das provisões por perdas do valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas que representam a vida útil estimada dos bens. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados ao final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado posteriormente. **2.5. Provisão para Redução ao Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros** – A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **2.6. Outros Ativos e Passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Sociedade decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. **2.7. Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis Significativas – Julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras da Sociedade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. **Estimativas e Premissas:** Com base em premissas, a Sociedade faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir: **a) Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas:** A Sociedade reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Sociedade revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente. **2.8. Tributação:** A Sociedade é tributada pelo Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, apurando-os de acordo com as determinações legais de apuração pelo Lucro Real. O Programa de Integração Social e a Cofins são apurados de acordo com a metodologia de não-cumulatividade de acordo com a legislação vigente.

3. Caixa e Equivalentes de Caixa – Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão compostos das seguintes contas:

	2018	2017
Fundo Fixo	14.500	8.500
Bancos – Conta Movimento – Sede	1.202.273	9.909.745
Bancos – Conta Movimento- Filiais	449.793	485.289
Numerários em Trânsito	10.942.256	–
Total de Equivalentes de Caixa	**12.608.821**	**10.403.534**

4. Aplicações Financeiras	2.018	2.017
Aplicações Financeiras	4.015.000	15.000
Total de Aplicações Financeiras	**4.015.000**	**15.000**

Aplicações Financeiras estão registradas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos auferidos até a data do balanço.

5. Contas a Receber	2018	2017
Duplicatas a Receber	94.757.482	65.547.043
Provisão Para Devedores Duvidosos	(14.182.441)	(14.182.441)
Total de Valores Realizáveis	**80.575.041**	**51.364.602**

A administração da Sociedade considera o montante de R$ 14.182.441 suficiente, para fazer face às possíveis perdas no recebimento de créditos.

6. Outras Contas a Receber

	Curto Prazo		Longo Prazo	
	2018	2017	2018	2017
Clientes Perfomados (a)	41.494.572	41.494.572	42.372.731	42.372.731
Adiantamento a Funcionários	1.173.554	631.944	–	–
Outras Contas a Receber	3.481.694	333.448	–	–
Total de Outras Contas a Receber	**46.149.820**	**42.459.964**	**42.372.731**	**42.372.731**

(a) A sociedade possuía crédito com a sociedade Qualix Serviços Ambientais S.A. que foram objeto de liquidação parcial na data de 31/05/2016, recebendo direitos de créditos decorrentes de prestação de serviços com clientes públicos; formalizados através de instrumento particular de ativos sem torna. De acordo com a opinião dos assessores jurídicos da sociedade, tais créditos podem ser considerados de realização praticamente certa, e, consequentemente foram registrados, de acordo com a expectativa de sua realização, no ativo circulante e não circulante.

7. Impostos a Recuperar	2018	2017
Cofins a Recuperar	8.035	14.579
Pis a Recuperar	362	–
Outros Impostos a Recuperar	73.729	7.383
Total de Impostos a Recuperar	**82.126**	**21.962**

8. Partes Relacionadas	2018	2017
Qualix Serviços Ambientais S/A	22.244.785	20.770.095
Modernna Ambiental S/A	552.750	480.789
	22.797.535	**21.250.884**

Representam operações de empréstimos efetuados a empresas relacionadas, devidamente lastreadas por contratos de mútuo. Estão demonstrados pelos valores concedidos, acrescidos dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas até a data do balanço, cujas taxas correspondem às usuais de mercado.

9. Investimentos – Composto conforme abaixo, por investimento na empresa Modernna Ambiental S.A, está calculada pela equivalência patrimonial.

	2018	2017
Modernna Ambiental S/A	49.115.333	49.256.261
Sucursal	34.900	–
Total de Investimentos	**49.150.233**	**49.256.261**

10. Imobilizado

Descrição	Custo Inicial	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo Final
Edifícios	107.274	–		(4.655)	102.619
Máquinas e Equipamentos Pesados	8.621.527	4.610.000		(5.473.558)	7.757.969
Equipamentos de Apoio	1.623.887	47.363		(1.525.878)	145.372
Ferramentas e Aparelhos	136.439	48.810		(73.303)	111.945
Veículos em Geral	14.146.995	8.603.014		(10.677.123)	12.072.886
Carrocerias	4.612.671	28.000		(4.589.014)	51.657
Equipamentos de Comunicação	116.273	6.327		(46.688)	75.911
Móveis e Utensílios	499.375	197.180	(31.640)	(314.739)	350.177
Computadores e Periféricos	584.920	216.730		(403.321)	398.329
Instalações	15.161	–		(3.894)	11.267
Imobilizações em Andamento	169.968	–		–	169.968
Imobilizado	**30.634.488**	**13.757.424**	**(31.640)**	**(23.112.173)**	**21.248.099**
Softwares	61.250	127.348	–	(46.907)	141.691
Intangivel	**61.250**	**127.348**	**–**	**(46.907)**	**141.691**

11. Fornecedores – Representa os saldos a pagar na data de encerramento das demonstrações financeiras aos fornecedores de serviços e materiais aplicados na consecução das atividades operacionais da Sociedade.

12. Parcelamentos	Curto Prazo		Longo Prazo	
	2018	2017	2018	2017
FGTS	79.628	98.171	797.023	1.080.717
PERT – Receita Federal	2.105.413	2.000.947	15.966.048	17.174.795
PERT – Previdenciário	100.643	404.765	3.026.507	2.934.083
Total dos Parcelamentos	**2.285.684**	**2.503.883**	**19.789.579**	**21.189.595**

13. Provisão para Contingências – A Sociedade apura e apropria as contingências existentes na data de seu balanço consideradas juridicamente como **"prováveis"**, para fazer face às perdas estimadas por seus advogados. As contingências passivas, cujos assessores jurídicos da sociedade entendem ser de risco provável montam em:

	2018	2017
Contingências Tributárias	9.744.824	14.937.973
Contingências Cíveis	200.000	200.000
Total de Provisão para Contingências	**9.944.824**	**15.137.973**

14. Capital – O Capital Social integralizado é composto por 123.702.860 ações ordinárias, nominativas emitidas pelo valor de R$1,00 por ação. Em 15/12/2017 os sócios deliberaram sobre o aumento de capital social no valor de R$ 22.668.052 com aproveitamento de reservas de lucros acumulados até o exercício de 2016.

15. Outros Assuntos – **1. Efeitos dos novos pronunciamentos, alterações e interpretações contábeis: 1.1. Pronunciamentos contábeis aplicáveis para o período findo em 31/12/2018 – a) CPC 48/IFRS 9 – "Instrumentos Financeiros":** O CPC 48 estabelece novos critérios para a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. Esse pronunciamento substituiu o CPC 38/IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e requer a classificação dos ativos financeiros em três categorias: mensurados ao valor justo através do resultado (VJR), valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e mensurados ao custo amortizado, a partir da combinação de dois fatores: o modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros e as características contratuais do fluxo de caixa dos mesmos. Demonstrações Contábeis Completas O CPC 48 também substitui o modelo de perdas incorridas do CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas", que abrange todos os ativos financeiros classificados como custo amortizado e VJORA. Para a mensuração dessa perda, é avaliada a da situação creditícia específica das contrapartes e os prováveis impactos de mudanças em fatores econômicos ou conjunturais nas perdas de crédito. Os possíveis efeitos relevantes da adoção do CPC 48 nas demonstrações contábeis da Entidade, que não foram observados neste exercício, serão avaliados, apurados e ajustados no exercício seguinte. **b) CPC 47/IFRS 15 – "Receita de Contratos com Clientes":** O CPC 47 está baseado em uma abordagem de cinco etapas, que procura identificar os contratos com clientes, suas obrigações de desempenho e o preço tanto do contrato como um todo como de cada uma das obrigações de desempenho, considerando condições de mercado ou outras metodologias alternativas, se necessário. Ao final, a entidade deve definir se a receita será reconhecida ao longo do tempo ou em um determinado momento, considerando a forma e o momento da transferência dos bens ou serviços aos clientes. Esse pronunciamento substituiu o CPC 30/IAS 18 – "Receitas" e o CPC 17/IAS11- "Contratos de Construção", bem como as interpretações relacionadas. O efeito da aplicação do CPC 47 não foi considerado relevante nas demonstrações contábeis da Entidade **1.2. Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros:** O pronunciamento a seguir entrará em vigor para períodos após a data destas Demonstrações Contábeis e não foi adotado antecipadamente: • Alteração da Estrutura Conceitual – Em março de 2018, o IASB emitiu a revisão da Estrutura Conceitual (Conceptual Framework) e as principais alterações se referem a: definições de ativo e passivo; critérios para reconhecimento, baixa, mensuração, apresentação e divulgação para elementos patrimoniais e de resultado. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 01/01/2020 e os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até sua data de entrada em vigor. • CPC 06 (R2)/IFRS 16 – "Operações de Arrendamento Mercantil" – A norma aborda a eliminação da contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em: a) reconhecer os arrendamentos com prazo maior que 12 meses e de valores substanciais; b) reconhecer inicialmente o arrendamento no ativo e passivo a valor presente; e c) reconhecer a depreciação e os juros do arrendamento separadamente no resultado. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. O IFRS 16 (cuja norma correlata no Brasil é o CPC 06 (R2)) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o IAS 17 – Operações de Arrendamento Mercantil (cuja norma correlata é o CPC 06 (R1)) e o IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 – Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 01/01/2019.

Diretoria

Adilson Alves Martins – Diretor Presidente
Marcel Gelfi – Diretor
Leonel Hernan Emilio Bustia – Diretor
Marcelo Duarte de Oliveira – Diretor

Contador

Marlene Maria Teixeira CRC 1SP 199.702/O-3

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas e administradores **Sustentare Saneamento S/A.**

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da **Sustentare Saneamento S/A,** que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, correspondentes ao exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sustentare Saneamento S.A., em 31/12/2018, o desempenho de suas operações, as mutações do patrimônio líquido e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Ênfase – valor de realização das contas a receber:** Chamamos a atenção que no exercício de 2018 a Sociedade manteve registrados créditos provenientes de prestação de serviços realizados em exercícios anteriores, no valor total de R$ 83.867 mil, recebidos como forma de liquidação de saldo de empréstimos de mútuo efetuados às empresas relacionadas, que, de acordo com seus assessores jurídicos, tem alto grau de realização. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Ênfase – Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** Chamamos a atenção para o fato que as contas a receber de clientes e os créditos mencionados no parágrafo de ênfase acima, são, em sua maioria, compostos por valores vencidos e não recebidos em suas respectivas datas de vencimento. A administração optou por constituir provisão para perdas no recebimento desses créditos no valor de R$ 14.182 mil, por entender que o referido montante seja suficiente para refletir as possíveis perdas futuras. **Ênfase – Partes Relacionadas:** A Sociedade mantém registrados no Ativo Circulante, os valores dos créditos provenientes de operações de mútuo com empresas coligadas, de acordo com a expectativa de realização dentro do próximo exercício. Nossa opinião não está modificada por esse assunto. **Responsabilidade da Administração e da Governança sobre as demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 05 de abril de 2019.

Sergio de Andrade Behrend – Sócio Diretor – CRC 1SP 197.708/O-8
Tríade Auditores Independentes – CRC 2SP 015.090/O-5

Evite excessos

Elisa Junqueira Figueiredo (*) e Renan Freitas Lopes (*)

Não é uma novidade que processar alguém envolve riscos financeiros.

Além do investimento prévio com a contratação de advogado, a parte que inicia ou que contesta uma ação judicial assume o risco de perder a disputa e ter que arcar, total ou parcialmente, com as custas processuais e honorários advocatícios da parte contrária, o chamado ônus da sucumbência.

Conforme o caso e a natureza da ação, esse ônus poderá ter como base de cálculo o valor da condenação, o proveito econômico obtido ou o valor da causa, este último apenas se não for possível medir pelas outras duas formas. De forma resumida, sob a ótica de quem inicia o processo (autor), é possível medir a extensão do proveito econômico obtido a partir da somatória dos valores dos pedidos julgados procedentes subtraídos os improcedentes; o resultado será a medida do proveito econômico.

A partir do proveito econômico é que se verifica, em uma ação com diversas pretensões controvertidas entre autor e réu, quem de fato venceu ou perdeu a ação e em que proporção. A esse respeito, determina o artigo 86, §1º, do nosso Código de Processo Civil, que "Se um litigante sucumbir em parte mínima do pedido, o outro responderá, por inteiro, pelas despesas e pelos honorários."

Outra vez sob a ótica de quem pretende e planeja iniciar uma ação, uma das conclusões imediatas que se deve extrair do artigo mencionado é a de que, ainda que a sentença reconheça certa razão ao autor, ele poderá ser condenado a pagar integralmente as custas e honorários ao advogado do réu, caso se verifique que houve excessiva discrepância entre o que se pediu o que o foi provido pelo juiz. E, como já dito, a base de cálculo desses honorários poderá ser exatamente a medida desta discrepância afastada no julgamento.

Por isso, aqueles que transitam pelas vias do Poder Judiciário sabem da importância de manter os pés no chão no momento de delimitar até onde vai o direito que cada parte entende ter. Quantificar um dano moral ou medir a extensão econômica de um dano material requer, além de técnica apurada e conhecimento da jurisprudência atual, o exercício do bom senso, especialmente quando se está diante de contratos ou de sentenças que de